

# Trabalhando no campo inimigo: a política e a guerra na Escola dos *Annales*

## *Working in the enemy field: politics and war in the Annales School*

Tiago de Melo Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tenta entender como os historiadores da escola dos *Annales* lidaram com as temáticas associadas à historiografia do século dezanove, em especial a guerra e a política. Tais temas nunca estiveram no centro de seus interesses, mas eventualmente foi necessário estudá-los. Como o fizeram?

**Palavras-chave:** Escola dos *Annales*, política, guerra.

**Abstract:** This paper tries to understand how historians affiliated with the *Annales* school dealt with the issues usually associated with nineteenth century's Historiography, mainly politics and war. These issues were not central to their interests, but it was necessary to study them eventually. How did they do it?

**Keywords:** *Annales* school, politics, war.

Em seu balanço da trajetória dos *Annales*, Peter Burke apontou o alargamento do território do historiador como a maior contribuição do grupo à historiografia.<sup>2</sup> É uma opinião plausível, embora outros prefiram ressaltar, por exemplo, a mudança na percepção do tempo histórico.<sup>3</sup> Mas o que gostaria de ressaltar em Burke é o fato de situar o cerne da inovação do

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas e professor-adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail para contato: melogtiago@hotmail.com

<sup>2</sup> BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia:** a Escola dos *Annales* (1929-1989). São Paulo: Ed. Unesp, 1991. p. 126.

<sup>3</sup> Parece ser o caso de José Carlos Reis, dada a importância que dá ao assunto em suas diversas obras sobre o grupo. Ver, por exemplo: REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e tempo histórico:** a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

grupo no afastamento das temáticas da historiografia anterior.<sup>4</sup> Em outras palavras, esse autor acredita que os *Annales* tiveram como maior mérito demonstrar que a política, a guerra e a diplomacia não eram as únicas temáticas pertinentes ao historiador, e nem mesmo as mais importantes.

No entanto, essa inovação não deixou de suscitar certas ressalvas ao longo do tempo. Deixar de lado a história política, militar e diplomática não seria adotar uma visão incompleta dos processos históricos, dado que esses elementos são inegavelmente relevantes nas sociedades humanas? Os *Annales* têm uma resposta pronta a essa questão: o grupo não deixou os objetos da historiografia tradicional de lado, mas propôs novas abordagens aos mesmos.<sup>5</sup>

Trata-se de uma resposta sedutora. De fato, alguns historiadores ligados ao grupo escreveram obras bastante renovadoras sobre a política ou a guerra, por exemplo. Todavia, pode-se argumentar que esse gênero de trabalho não pertence à história política ou da guerra, estando mais próximo da história cultural. Esse argumento ganha força a partir do exame de algumas dessas obras. A primeira não poderia deixar de ser *Os reis taumaturgos*, de Marc Bloch. Qualquer leitor pode perceber que o livro não enfoca a política externa dos reis nem as guerras ou qualquer outra política setorial dos Estados inglês e francês no período; não se propõe a trazer ao centro do palco os projetos políticos diversos e seus confrontos e os decorrentes embates pelo poder. Seu tema pode ser definido como as atitudes populares perante a realeza e o sagrado. Nas palavras do autor:

Ora, para compreender o que foram as monarquias de outrora, sobretudo para dar-se conta de sua longa dominação sobre o espírito dos homens, não é suficiente esclarecer até o último detalhe o mecanismo da organização administrativa, judiciária, financeira

---

<sup>4</sup> Utilizo, como termos intercambiáveis, expressões como “historiografia anterior”, “historiografia tradicional”, “historiografia do século XIX” para designar uma ampla gama de autores, que têm em comum o fato de serem criticados pelos *Annales*, crítica central na formação da identidade do grupo. Uso expressões tão genéricas primeiramente porque esses autores, de diversos países, não se autoneomaram como escola, e nem sempre são tão parecidos como seus detratores gostam de pintá-los. Em segundo lugar, o termo mais utilizado pelos *Annales* (“positivismo”), abraçado por inúmeros historiadores exteriores ao grupo, é visto por muitos como equivocado para descrevê-los. Ver, por exemplo, CARBONELL, Charles. L’Histoire dite positiviste en France. **Romantisme**, Paris, n. 21-22, 1978.

<sup>5</sup> BURKE, A **Revolução Francesa da historiografia**, op.cit., p. 100-103.

que essas monarquias impuseram a seus súditos; nem é suficiente analisar abstratamente ou procurar extrair de alguns grandes teóricos os conceitos de absolutismo ou direito divino. É necessário também penetrar as crenças e as fábulas que floresceram em torno das casas principescas.<sup>6</sup>

Bloch afirma explicitamente que seu foco não é a monarquia absoluta, mas sim os dispositivos por ela acionados na mente popular de modo a que pudesse ter sido aceita, ou, em outras palavras, o campo simbólico que permitiu sua difusão. Obviamente é uma grande contribuição na compreensão da força e durabilidade dos regimes estudados, mas deixa intocados os temas da historiografia tradicional. As questões clássicas que Bloch menciona na citação acima não foram abordadas no livro, que busca sua originalidade em novos objetos, e não em um novo olhar sobre aqueles anteriormente estabelecidos.

O mesmo se dá em duas obras de Georges Duby: *O domingo de Bouvines* (1973) e *Guilherme Marechal* (1984). Trata-se de dois livros muito próximos, ambos se debruçando sobre objetos que poderiam a princípio ser identificados à historiografia tradicional: a história de uma grande batalha e a biografia de um grande cavaleiro. Mas, obviamente, não se trata disso, e o leitor rapidamente se dá conta de estar diante de obras firmemente enraizadas na tradição dos *Annales*. São explorações sobre o cotidiano e a mentalidade da classe dos guerreiros feudais, ou seja: história das mentalidades fortemente ancorada na história social. Ambos os livros afirmam explicitamente seu propósito, chegando a indicar obras consagradas da historiografia tradicional para aqueles leitores que desejarem conhecer a história de Guilherme ou de Bouvines.<sup>7</sup> Tendo feito isso, Duby está livre para estabelecer sua problematização:

O meu propósito é simplesmente o de esclarecer o que se conhece ainda pouco, recolhendo nesse testemunho, cujo excepcional valor já apontei, o que ele nos conta da cultura dos cavaleiros.

---

<sup>6</sup> BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio – França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 44-45.

<sup>7</sup> DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 18; DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 54.

Quero apenas tentar ver o mundo como esses homens o viam.<sup>8</sup>

Em primeiro lugar – era o momento em que a leitura assídua dos antropólogos me levava a renovar meus questionamentos, a abordar por outros ângulos o estudo da sociedade feudal – eu tentava empreender um tipo de etnografia da prática militar no começo do século XIII: aproximava-me dos combatentes de Bouvines como de uma tribo exótica, constatando seu caráter extraordinário, a singularidade de seus gestos, de seus gritos, de suas paixões, das miragens que os deslumbravam.

Tal é a razão que me leva a observar como antropólogo essa batalha e a memória que ela deixou, ou, em outras palavras, a tentar considerá-las como inseridas num contexto cultural diferente daquele que governa hoje a nossa relação com o mundo.<sup>9</sup>

Nota-se que o foco de ambos os livros está no universo cavaleiresco e guerreiro do período. O leitor não tem neles uma nova interpretação da trajetória político-militar de Guilherme Marechal ou da Batalha de Bouvines, mas sim um deslocamento do herói ou da batalha para o universo mental de seus protagonistas. Assim como *Os reis taumaturgos*, as duas obras apresentam um caráter renovador que justifica sua fama. O mesmo vale para o importante esforço feito por Georges Duby e Jacques Le Goff em demonstrar que a divisão da sociedade medieval em três ordens foi muito mais uma ideologia dos grupos dominantes do período do que uma percepção efetiva dos contemporâneos.<sup>10</sup> Mas essas importantes pesquisas seriam substitutos para a história dos reis e batalhas?

Alguns acham que não. François Dosse, por exemplo, afirma que

[...] essa obra de renovação do aspecto político elimina todas as lutas de classes em torno do poder do Estado

---

<sup>8</sup> DUBY, **Guilherme Marechal**, op.cit., p. 54-55.

<sup>9</sup> DUBY, **O domingo de Bouvines**, op.cit., p. 11 e 19.

<sup>10</sup> DUBY, Georges. **As três ordens ou O imaginário do feudalismo**. 2 ed. Lisboa: Estampa, 1994; LE GOFF, Jacques. Nota sobre sociedade tripartida, ideologia monárquica e renovação econômica na Cristandade, do séc. IX ao séc. XII. In: LE GOFF, Jacques. **Por um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

em benefício de uma história puramente cultural, baseada em modelos antropológicos quase imóveis.<sup>11</sup>

Trata-se de uma visão bastante crítica, mas nela há um elemento que merece aprofundamento: essas novas abordagens deixam intocada a problemática do Estado, dos conflitos políticos, da batalha pelo poder, das relações Estado-sociedade, questões centrais à história política. Tais obras podem ser importantes contribuições para demonstrar como o cultural influencia as atitudes políticas, mas não tocam em algumas das questões centrais da história política ou militar.

O restante deste artigo pretende explorar a seguinte questão: como os *Annales* lidaram com problemáticas tipicamente políticas ou militares? Se essas questões não estiveram no centro de suas preocupações, eventualmente seus membros se depararam com elas. Como o fizeram? Em que medida apresentaram a política, a guerra e a diplomacia de maneira diferente dos historiadores por eles combatidos?

### Os primeiros tempos: Bloch e Braudel

Em *A sociedade feudal* (1939-1940), sua importante obra de síntese, Marc Bloch dá grande importância aos laços de dependência que são parte essencial do universo medieval, sem deixar de dar atenção a outros elementos importantes daquele contexto, tais como a economia e as mentalidades, características bastante típicas da tradição historiográfica na qual se insere. Mas suas primeiras seções estão centradas em uma problemática associada à historiografia tradicional: as últimas invasões e a defesa das populações europeias. São temas que levam Bloch à política e à guerra. Como tais assuntos foram trabalhados?

Logo no início, Bloch observa que os europeus dos séculos IX e X “tinham a sensação de viver numa odiosa atmosfera de desordens e de violência”. Acrescenta, então: “Formada alguns séculos antes, no escaldante cadinho das invasões germânicas, a nova civilização ocidental, por seu lado, aparecia como uma cidadela sitiada, ou melhor, mais do que semi-invadida”.<sup>12</sup> Tudo isso porque, para o autor, os laços de dependência que

---

<sup>11</sup> DOSSE, François. **A História em migalhas:** dos *Annales* à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992. p. 230.

<sup>12</sup> BLOCH, Marc. **A sociedade feudal.** Lisboa: Edições 70, 1987. p. 19.

tanto lhe interessam resultam da necessidade de defesa perante os invasores. A forma como Bloch trabalha esses laços já foi fruto de observações de inúmeros analistas,<sup>13</sup> mas a questão que pretendo discutir é: como a política e a guerra aparecem na obra?

Chega a ser surpreendente ver a maneira pela qual Marc Bloch estuda as invasões. Elementos econômicos, sociais e culturais, tão presentes no restante do livro e de sua obra como um todo, estão praticamente ausentes. As manobras militares dominam esses capítulos iniciais, e sua abordagem guarda semelhanças óbvias com as práticas da historiografia criticada pelos *Annales*. Por exemplo, a invasão dos sarracenos à Itália é contada nos seguintes termos:

Um bando que estabelecera o seu reduto nas alturas arborizadas do Monte Argento, próximo de Gaeta, só foi aniquilado em 915, depois de vinte anos de pilhagem. Em 982, o jovem 'Imperador dos Romanos', Otão II, o qual, de origem saxônica, nem por isso deixava de considerar-se, não só na Itália como fora dela, o herdeiro dos césares, partiu na conquista do sul. Caiu na espantosa loucura, tantas vezes repetida na Idade Média, de escolher o verão, para arrastar para essas terras escaldantes um exército habituado a climas diferentes, e enfrentando, em 25 de julho, na costa oriental da Calábria, as tropas maometanas, sofreu diante delas a derrota mais humilhante. O perigo muçulmano continuou a pairar sobre essas regiões até o momento em que, durante o século XI, um punhado de aventureiros, vindos da Normandia francesa, guerreou indistintamente Bizantinos e Árabes. Ao unirem a Sicília com o sul da península, criaram finalmente um Estado forte que iria não só fechar para sempre o caminho aos invasores, mas também desempenhou, entre as civilizações latinas e o Islão, o papel de brilhante intermediário.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> BURKE, **A Revolução Francesa da historiografia**, op.cit., p. 36-37; FOURQUIN, Guy. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Ed. 70, 1987. p. 11; GUERREAU, Alan. **O feudalismo, um horizonte teórico**. Lisboa: Edições 70, s. d. p. 90-92.

<sup>14</sup> BLOCH, **A sociedade feudal**, op.cit., p. 20.

A caracterização dos muçulmanos como um “bando”, a ênfase nas manobras militares, o elogio daqueles que conseguiram livrar o Ocidente do “perigo”, a crítica aos que foram incompetentes em fazê-lo, nada nessa passagem sugere estarmos diante de um autor apontado como mestre e fundador de uma corrente que se construiu sobre a insatisfação perante a historiografia do século XIX. Mais surpreendente é sua grande ênfase na caracterização dos invasores como bárbaros, tal como no caso dos húngaros:

Algumas vezes, segundo o uso comum aos bandidos de todos os tempos, faziam-se pagar uma soma em dinheiro pelas populações que prometiam poupar; por vezes exigiam mesmo um tributo regular: a Baviera e o Saxe tiveram de sujeitar-se durante alguns anos a essa humilhação. Mas estes processos de exploração apenas eram praticáveis nas províncias limítrofes da própria Hungria. Mais longe, contentavam-se em matar e pilhar, abominavelmente [...]. Acima de tudo, parece, preferiam fazer prisioneiros, escolhendo cuidadosamente os melhores, não reservando, por vezes, entre uma população passada a fio de espada, senão as mulheres novas e os rapazinhos: sem dúvida para as suas necessidades e prazeres, e principalmente para vender.<sup>15</sup>

É importante ainda ressaltar que em *A sociedade feudal* as invasões começam e terminam por encanto. Os nórdicos invadiram a cristandade por “[...] amor à riqueza ou as aventuras, por vezes obrigados ao exílio por *vendettas* familiares ou rivalidades entre chefes [...]”.<sup>16</sup> Já em relação aos muçulmanos e húngaros, nenhuma causa é apontada. O fim das invasões é explicado a partir de causas estritamente militares, sendo seguido o padrão visto anteriormente: as invasões terminam quando seus perpetradores sofrem derrotas militares. Nota-se assim que, a despeito do caráter inovador de sua obra, Bloch tende a se manter próximo aos parâmetros interpretativos da historiografia do século XIX quando se trata de abordar objetos mais tradicionais.

O caso de Braudel não é muito diferente. Seu *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II* (1949) se transformou em uma das obras mais importantes do século XX, e também em uma das mais

---

<sup>15</sup> BLOCH, **A sociedade feudal**, op.cit., p. 26.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 38.

discutidas, em função de várias causas, sendo uma delas a arquitetura tripartite. Uma primeira parte destinada à história quase imóvel, recorrendo amplamente à geografia; uma segunda parte conjuntural, centrada na história econômica e social; e uma terceira parte, voltada para os acontecimentos políticos e militares.<sup>17</sup> Justamente por seu caráter inovador, as duas primeiras partes foram bastante discutidas. Mas e a terceira? Sua abertura merece ser citada:

Só depois de muito pensar e duvidar é que me decidi a publicar essa terceira parte que tem como característica ser voltada para acontecimentos: ao fazer isso a vinculo a uma historiografia tradicional. Leopold von Ranke encontraria nestas páginas muita coisa familiar, desde o objeto de estudo até o tratamento que se dá a ele. Mas é evidente que uma história global não pode se limitar apenas ao estudo das estruturas estáveis e do lento progresso da evolução. Essas realidades permanentes, estas sociedades conservadoras, essas economias presas a impossibilidades, essas civilizações à prova de séculos, oferecem todas elas possibilidades lícitas de abordar em profundidade a história e, em minha opinião, nos dão o essencial do passado dos homens – ou ao menos, o que os homens do século XX consideramos como essencial. Mas esse essencial nunca é a totalidade.<sup>18</sup>

Braudel, ao menos nessa passagem, mostrou-se um bom analista de sua própria obra. Toda a terceira parte de seu livro clássico é uma narrativa de guerras, tratados diplomáticos e sucessões reais que pouco diferem do que pode ser encontrado em autores como o citado Leopold von Ranke. Abundam trechos como o que se segue, relativo à derrota dos cristãos na década de 1530:

Por culpa de suas próprias divisões: por culpa do Príncipe Doria, inimigo nato da República de São

---

<sup>17</sup> Cabe notar que aqui defino a obra bem como cada uma de suas partes nos mesmos termos do autor. Cf. BRAUDEL, Fernand. **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1976. v. 1, p. 17-18.

<sup>18</sup> BRAUDEL, **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**, op.cit.. v. 2, p. 335.



Marcos e capaz, portanto, de todas as atrocidades que lhe atribuem; por culpa mesmo de Carlos V, que não pode, nem quis honrar, com lealdade, à aliança com Veneza.<sup>19</sup>

Ou quando argumenta que houve um período de paz em meados do século por conta das mortes de Lutero, Barba-Ruiva, Henrique VIII e Francisco I. Com isso: “Entram em cena novos personagens e novas pessoas e, com eles, uma política nova e novas ideias.”<sup>20</sup> Além disso, argumenta longamente que a trégua de Vaucelles se rompeu por conta única do Papa Paulo IV, em particular sua antipatia pessoal pelo Imperador Carlos V:

Isto não é mais que um dos lados da grande antipatia de Paulo IV por Carlos V, a antipatia do Pontífice, que não devemos desconsiderar. Mas a essa antipatia, temos que acrescentar a antipatia do napolitano, chefe da família francesa dos Caraffa, que odeia em Carlos V ser dono e senhor de Nápoles e inimigo de sua linhagem, rico em rancores e ambições.<sup>21</sup>

É importante notar que trata-se apenas de exemplos escolhidos ao acaso. A terceira parte de *O Mediterrâneo* resume-se a centenas de páginas (450, na edição consultada) em que se vê atos de governantes, sucessões reais, batalhas e tratados diplomáticos surgirem sem qualquer referência àquilo que o leitor havia se acostumado a ler nas partes anteriores.<sup>22</sup> Portanto, não deixa de ser frustrante constatar que um dos livros mais

---

<sup>19</sup> BRAUDEL, *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*, op.cit. v. 2, p. 340.

<sup>20</sup> *Ibidem*, v. 2, p. 339.

<sup>21</sup> *Ibidem*, v. 2, p. 386.

<sup>22</sup> Precisamente em relação a essa questão, Josep Fontana (*A História dos homens*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 277) argumenta que, na verdade, *O Mediterrâneo* é composto de três partes totalmente distintas entre si, e que a teoria dos três tempos, elaborada posteriormente (BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978), seria meramente uma justificativa para a falta de coerência entre as partes da obra. Não há aqui espaço para essa discussão, que levaria este artigo para longe de seu objeto central, cabendo apenas notar que o próprio Peter Burke, autor bem mais simpático aos *Annales* que Fontana, anotou como um dos principais problemas do livro de Braudel a ausência de uma problemática que nortearse o trabalho (BURKE, *A Revolução Francesa da historiografia*, op.cit. p. 52-53).

renovadores da história da historiografia mundial pouco se distanciou da historiografia anterior ao escrever sobre temas por ela privilegiados.<sup>23</sup>

### A terceira geração

Em 1987, ocorreu um fato incomum: dois historiadores dentre os mais importantes dos *Annales*, naquele momento, publicaram livros em que a política exercia um grande papel. As duas obras foram escritas para a mesma coleção (“Histoire de France”, da Hachette) e se centram em períodos vizinhos, sob a perspectiva do Estado. São duas obras que podem ajudar a avaliar como os membros mais recentes do grupo trabalharam questões centrais da história política.

A *Idade Média na França*, de Georges Duby, mostra logo na abertura seu tom, em sua primeira parte (“A herança”), dividida em quatro capítulos: “O Império” traça a bipartição do poder temporal e espiritual entre o Imperador e o Papa; “O povo franco” e “Os príncipes”, muito próximos à tradicional história política, falando respectivamente do estabelecimento do reinado francês e dos principados internos do reino, tudo a partir da divisão do espólio de Carlos Magno; já em “Tempo de distúrbios” temos um novo quadro, em que são discutidas as turbulências que se seguem ao ano mil, em termos de clima e demografia.<sup>24</sup>

A primeira parte se mostra característica da obra como um todo, pelo fato de separar os capítulos por temática. Alguns capítulos têm as características mais associadas à produção dos *Annales*, enfocando fatores econômicos, sociais e culturais. Outros, dedicados especificamente à história política, trazem narrativas bastante convencionais dos eventos, não faltando mesmo a tradicionalíssima periodização em termos de reinados.

Pode-se ver, por exemplo, que a segunda parte (“O senhorio”) possui as mesmas características, embora mais focada no poder econômico e social, tentando compreender, nos primeiros capítulos, o nascimento das aldeias, o senhorio, o poder espiritual. Já no último capítulo (“O rei senhor”), destinado ao estudo do papel dos reis, o que se vê são batalhas e

---

<sup>23</sup> Pode-se ainda lembrar os artigos escritos sobre Carlos V e Felipe II, nos quais dificilmente podem-se apontar diferenças significativas em relação ao que autores tradicionais escreveram (artigos reunidos em: BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a História**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 209-265)

<sup>24</sup> DUBY, Georges. **A Idade Média na França (987-1460)**: de Hugo Capeto a Joana D'Arc. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. p. 21-56.

conchavos, caracterizando novamente a divisão que marca o livro entre capítulos típicos da tradição em que se insere e aqueles, voltados para a política, caracterizados por uma narrativa mais tradicional.

A terceira parte (“Os germens da Nação e do Estado”), mais focada na questão central, ou seja, o fortalecimento do Estado monárquico, se abre novamente lançando mão da economia como base para explicar as transformações políticas:

Entre 1180 e 1220 ele [o crescimento econômico] é tão forte que cabe perguntar se jamais teve equivalente nas regiões que hoje formam a França. [...] foi então que se transformaram radicalmente as condições de exercício do poder temporal.<sup>25</sup>

A passagem é sintomática do capítulo no qual se insere, o qual mostra o papel do crescimento econômico na guerra, nas trocas e nas mentalidades.

Mas os capítulos seguintes se mostram inteiramente calcados na política tradicional, com pouca ligação com o social, o econômico e o cultural. Há mesmo capítulos centrados em reis específicos, na periodização por reinado clássica da historiografia tradicional (“Luís VII”, “Felipe Augusto”). Em momentos extremos, chega a especular sobre as atividades sexuais de monarcas, a propósito da rainha Leonor ter abandonado o rei Luís VII para se casar com Henrique II Plantageneta, levando consigo a Aquitânia: “Do caso do divórcio, portanto, lembremos apenas que a rainha, insaciável, queixava-se de ter-se casado em primeiras núpcias com um monge – segundo relatam os cronistas”.<sup>26</sup> A separação do rei e o posterior casamento de Leonor (ou, em outras traduções, Alinor, Eleonor ou Eleonora) com o rei da Inglaterra teve importantes conseqüências, em função de fortalecer o poder dos plantagenetas, mas essa observação especulativa em nada acrescenta à compreensão dessas questões geopolíticas, contribuindo para lembrar ainda mais uma postura que os *Annales* muito criticaram.

Nota-se, como um todo, que *A Idade Média na França* está longe de ser uma obra clássica da historiografia do século XIX. Sua avaliação do

---

<sup>25</sup> DUBY, *A Idade Média na França (987-1460)*, op.cit., p. 157.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 182.

reinado de São Luís, muito centrada na economia e na demografia, é uma prova disso.<sup>27</sup> O livro também defende uma tese geral importante, a de que o Estado monárquico nasce no início do século XIII, com Felipe Augusto, e não como outros argumentam, entre 1280 e 1360.<sup>28</sup> O problema é que esses exemplos de articulação entre política e os temas característicos dos *Annales* não são frequentes no livro. Em geral, se vê uma alternância de capítulos voltados para a política e outros centrados no econômico, no demográfico e no social, sem haver articulação entre eles, configurando um livro que tem capítulos típicos dos *Annales* e outros muito semelhantes à historiografia anterior.

Já *O Estado monárquico*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, segue princípios semelhantes, embora com importantes diferenças. O livro tem uma introdução bastante característica da produção do autor e, em termos mais gerais, dos *Annales*. Estabelece uma estrutura de longa duração (a “monarquia clássica”, de 1450 a 1789), marcada por centralização política, aumento do poder real, desfeudalização do campo, formação de um estamento burocrático, urbanização, incorporação dos camponeses a uma economia-mundo, recuperação e, por fim, estabilidade demográfica.<sup>29</sup> No entanto, a partir daí o livro segue um esquema que tem afinidades com o de Duby: cada parte tem um capítulo de abertura, no qual é traçado um contexto econômico, social e demográfico, seguido por outros capítulos bastante convencionais.

A primeira parte, por exemplo, se abre com um capítulo situado na clássica perspectiva econômico-demográfica.<sup>30</sup> Mas o seguinte, centrado na desfeudalização e incorporação ao reino das regiões mais afastadas de Paris, é completamente tradicional, mera narrativa de marchas e contramarchas políticas, militares e diplomáticas dos primeiros 50 anos do período englobado pelo livro. Em especial, o reinado de Luís XI (1460-83), que recebe uma descrição pessoal no melhor estilo do século XIX, descrição superadjetivada, em que abundam passagens como “personagem cultivada, temível falador”, “esposo frio”, “marido fiel”, “mau filho”.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> DUBY, A *Idade Média na França (987-1460)*, op.cit., p. 242 e 248-249.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 279.

<sup>29</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O Estado monárquico*: França, 1460-1610. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 9-38.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 41-65.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 68-69.

O próximo capítulo segue a mesma trilha, focando as primeiras décadas do século XVI em termos políticos, militares e diplomáticos, sem faltar longas caracterizações da personalidade dos reis, assim como julgamentos de seus atos e mesmo uma árvore genealógica. Vale notar que, ao contestar Lavissee, que havia caracterizado Anne (esposa de Luís XII) como “excelente bretã e má francesa”, Ladurie discorda meramente do diagnóstico. Não problematiza de forma alguma essa anacrônica discussão sobre ser ou não um “bom francês”, limitando-se a defender Anne da “injúria”.<sup>32</sup>

O próximo capítulo se inicia em 1515 (morte de Luís XII e ascensão de Francisco I) e enfoca as guerras italianas do novo rei. Para Ladurie, a explicação está na personalidade do rei, em particular suas simpatias pelo humanismo, que lhe trariam admiração por Milão, Florença e Veneza. Uma explicação que obviamente se conecta diretamente à visão dos historiadores criticados pelos *Annales*, com sua ênfase na ação dos grandes personagens, ação esta inteiramente desconectada de condicionantes sociais ou econômicos, gerada pela própria personalidade do monarca. O fracasso francês em dominar a Itália proporciona linhas surpreendentes:

[...] uma Itália parcialmente dominada pelos franceses, tal como a sonhavam Carlos VIII, Luís XII e Francisco I, teria talvez sofrido menos, na sequência dos tempos, com a opressão clerical e beata, do que foi o caso da Itália real, a do fim do século XVI e do século XVII, largamente dominada pela Espanha reacionária, ou mesmo inquisitorial. Nessa perspectiva, devemos pensar que Pávia, em 1525, foi uma derrota não apenas para a França, o que é evidente, mas também para os progressos eventuais e posteriores da liberdade peninsular?<sup>33</sup>

A segunda parte se inicia com o capítulo 6, equivalente ao primeiro capítulo, mas voltado para o período 1560-1715 e focado no mesmo esquema ecologia-demografia-economia-sociedade, com poucas referências à política. De modo geral, o período é lido pelo prisma da estabilidade, após a recuperação do século anterior. A única catástrofe se liga à questão religiosa, que recebe atenção, embora sem uma tentativa de explicação do

---

<sup>32</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. **O Estado monárquico**, p. 112.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 132.

porquê da penetração do calvinismo na França. O capítulo 7 discute a questão religiosa ao longo dos anos 1560, sem qualquer tentativa de explicação ligada à história social. A ênfase recai nos movimentos dos líderes de cada facção religiosa, em especial dentro da Corte. O capítulo 8 acompanha o período 1570-85 em termos muito semelhantes, com muitas intrigas palacianas, questões religiosas, matanças, combates.

No todo, a segunda parte, além de ser periodizada, como as demais, em termos de reinados (o título é “Os Valois decadentes”), o que é justificável ao menos pela temática do livro, centra-se nas guerras religiosas, muito longe da história econômica ou social ou mesmo mental. Fica-se preso aos desenvolvimentos políticos, militares e diplomáticos, além de a uma tendência a emitir julgamentos de valor, preferencialmente marcados por um militante patriotismo francês: “A França não se tornará tão cedo comparável à Inglaterra aberta e parlamentar do tempo de Newton e de Locke, mas pelo menos evitará a triste sorte da Espanha inquisitorial.”<sup>34</sup>

A última parte, focada no período final das décadas que constituem o recorte do livro, mantém o mesmo padrão. Muita política de corte, diplomacia, eventos militares, avaliações de personalidades, sem faltarem especulações sobre o vigor sexual dos reis e a celebração do ecumenismo francês pós-édito de Nantes, em contraposição à intolerância vigente no resto do mundo, sendo evocados Japão, Escandinávia, Inglaterra, Espanha, Rússia, Áustria, Irlanda e Alemanha como contrapontos à liberdade francesa: “A feliz situação assim criada não deixa de ter exemplo, mas permanece excepcional na escala europeia e mundial”.<sup>35</sup> O capítulo 13, que se segue, faz um balanço econômico-demográfico do final do período estudado, vendo uma recuperação nos dois setores após a tragédia do período das guerras religiosas, enquanto o último discorre sobre um discutível sentimento nacional francês ao longo do período.<sup>36</sup>

Ainda mais radical é um artigo publicado no mesmo ano, no qual Ladurie relembra o milênio da ascensão dos Capetos ao trono francês, lamentando que esquerda e direita, embebidas na herança da revolução, não tenham se pronunciado sobre o assunto, a seu ver uma temática central da história francesa: a monarquia. Para o autor, a mesma foi essencial na

---

<sup>34</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. **O Estado monárquico**, p. 253.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 269.

<sup>36</sup> Conforme observado por outros autores (como HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990), o sentimento nacional de massas se imporá apenas no século XIX.

construção da nacionalidade, embora perceba uma França anterior aos Capetos, que nasce com a Gália pré-romana, se estende pela ocupação romana, pelo período merovíngio e carolíngio, para desembocar finalmente na monarquia dos capetos, que consolida o Hexágono. Nota, assim, que Hugo Capeto, a despeito de fundador de uma dinastia de tamanha importância, não pode estar sozinho no panteão: antes dele, Clóvis e Carlos o Calvo, entre outros, garantiram a existência da nação francesa. Mas todos eles trabalharam para garantir os desígnios da “predestinação galo-francesa”.<sup>37</sup> A longa série de reis que garantiu a continuidade nacional operou nesse contexto. Finaliza defendendo a ideia de que o legado monárquico não é apenas conservador: os inúmeros ocupantes do trono mantiveram uma “abertura tolerante”, que permitiu a ascensão das ideias reformadoras e liberais.<sup>38</sup>

A abordagem de Ladurie quanto à política se mostra, nesse artigo, próxima das características associadas à historiografia de fins do século XIX: exaltação nacionalista, criação de uma França eterna, exaltação dos grandes homens que a construíram, periodização da história política em termos de reinados etc. O caso de Ladurie é um tanto extremado, mas não chega a causar total estranheza aos leitores dos textos citados de Bloch, Braudel e Duby. Que tipo de avaliação é possível fazer desse percurso?

## Considerações finais

Este artigo se debruçou sobre obras escritas por quatro autores diferentes, cobrindo três gerações da escola dos *Annales*, em um período de quase quarenta anos. Foram escritas com propósitos muito diversos (uma obra de síntese, uma tese de doutorado, dois livros escritos sob encomenda e um pequeno artigo). Seus autores escreveram sobre períodos diferentes, tiveram posturas políticas diferentes e são nomes certos em qualquer lista dos maiores historiadores do século XX. No entanto, quando deparados com uma questão da maior importância, a história política, fracassaram em apresentar uma visão renovada dessa temática milenar, escrevendo linhas que seus antecessores teriam apreciado. Meu propósito não foi o de diminuir esses autores, mas sim o de propor uma reflexão muito específica.

---

<sup>37</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. Une hérédité. In: LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Parmi les historiens II**. Paris: Gallimard, 1994. p. 115.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 116.

Ninguém há de contestar o fato óbvio de que os *Annales* foram centrais na renovação da historiografia mundial ao longo do século XX. No entanto, a despeito da diversidade das contribuições de seus membros, que levou a um debate infundável sobre a existência ou não de um paradigma do grupo, o fato é que suas contribuições tiveram alguns eixos em comum. Um deles, o de substituir a tradicional história política, militar e diplomática, de cunho nacionalista e centrada nos chamados “grandes homens”, cujas ações só dependem de sua própria vontade, por um outro esquema, no qual fatores econômicos (associados ao clima e à demografia) têm grande destaque. Em torno desses fatores se organizam os demais, em particular o social e o mental, também muito trabalhados pelo grupo.<sup>39</sup> Nesses campos, a contribuição dos *Annales* foi espetacular.

No entanto, nessa nova maneira de articular os fenômenos sociais, a política não está presente. Seja em função de se constituir no campo privilegiado da historiografia à qual o grupo se contrapôs, seja pela ênfase na longa duração, o fato é que os princípios que organizam a visão de história dos *Annales* não reservam espaço para a política, que, no entanto, é inegavelmente um elemento essencial na compreensão de qualquer sociedade. A principal estratégia do grupo foi adicionar novas dimensões ao estudo dos velhos objetos. Se obras do nível de *Os reis taumaturgos* e *O domingo de Bouvines* foram fruto dessa estratégia, é evidente que elas deixaram de lado questões centrais da história política.

Por outro lado, é preciso notar um elemento importante. Existem inúmeras maneiras de avaliar a relação entre a política e os demais fenômenos sociais. Há os que pensam que a história é fruto da ação dos chamados “grandes homens”; há os que subordinam a política ao jogo dos conflitos sociais, aos interesses econômicos; há os que nela veem uma autonomia relativa, ainda que o social e o econômico a condicionem; há os que veem o Estado como instrumento da luta de classes, como estando acima delas, ou como tendo por objetivo o bem comum, ou ainda como instrumento disciplinar. Essas visões, bem como muitas outras disponíveis, possuem, a despeito de suas imensas diferenças, algo em comum: todas propõem, de alguma forma, uma articulação entre o político e os demais elementos do todo social. Nelas, o político pode ser condicionado,

---

<sup>39</sup> Ver obras de síntese produzidas por membros do grupo, tais como: BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**, op.cit.; DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu – séc. VII-XII**. 2 ed. Lisboa: Estampa, 1990; LE GOFF, Jacques. **Civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Estampa, 1983.



determinado, pode determinar ou ainda pairar acima das outras esferas. Mas cada uma dessas teorias propõe algum tipo de relação. Por outro lado, nas obras dos *Annales* aqui estudadas, essa relação não surge: a verdade é que o grupo não abraça nenhuma teoria social ou propõe uma nova. A meu ver, aí está a explicação para a dificuldade de seus membros lidarem com a política, a guerra, a diplomacia. Membros de uma tradição que não propôs uma abordagem para esses temas, mesmo seus mais brilhantes autores acabaram por se ver em situação difícil nos momentos em que lidar com eles se tornou imperativo.

É importante notar que minha análise não se centrou em obras cujo interesse principal fosse em tramas palacianas ou ações de grandes homens,<sup>40</sup> mas em livros nos quais aspectos econômicos, demográficos e sociais desempenham um importante papel. Minha análise de *A sociedade feudal* se centrou em aproximadamente 10% do livro; em *O Mediterrâneo* foi estudada apenas uma das três partes (a menor, por sinal); já em *A Idade Média na França* e *O Estado monárquico*, obras sobre temas políticos por excelência, temos capítulos inteiros dedicados às temáticas típicas dos *Annales*.

Mas, quando tematizar política, guerra ou diplomacia foi necessário, esses livros (nos dois primeiros casos, livros justamente reconhecidos por terem sido importantíssimos na renovação da historiografia mundial) nada tiveram a oferecer que não uma versão do que se pode ler nos historiadores tradicionais. Não se trata, portanto, de dizer que os autores estudados simplesmente construíram abordagens próximas àquelas que tanto criticaram em seus antecessores. Os livros estudados trabalham (alguns deles à exaustão) questões caras aos *Annales*. O problema foi não conseguirem articular suas problemáticas favoritas à política, o que resultou numa expulsão da economia, da demografia, do social e do mental quando a guerra e a política entraram em campo.

Como resultado, embora a abordagem da política e da guerra seja frequentemente semelhante à dos historiadores do século XIX, as razões são muito diversas. Muitos autores do tempo de Ranke davam maior ênfase à política, à guerra e à diplomacia, com grande importância atribuída às ações dos chamados “grandes homens”, por acreditarem que esse deveria ser o

---

<sup>40</sup> Não que elas inexistam na trajetória do grupo, em particular em tempos mais recentes. Ver por exemplo: LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Saint-Simon ou o sistema de corte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 ou LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

foco central da história. Quando os *Annales* trabalham tais temáticas, enveredam por caminhos semelhantes pelo fato de não terem construído uma abordagem alternativa para a política e muito menos uma articulação dessa esfera com o econômico e o social, nem tampouco abraçado alguma das inúmeras teorias existentes. Os próprios livros estudados neste artigo mostram a importância atribuída, pelos *Annales*, a outras esferas, em particular o econômico, o social, o mental, o ecológico e o demográfico, mas mostram também que o grupo não conseguiu manter seu caráter inovador quanto às temáticas tradicionais da historiografia.

Assim, nota-se a justeza das observações de René Rémond, quando concorda com todas as críticas dos *Annales* à história política praticada até meados do século XX, embora essas críticas lhe pareçam pecar pela excessiva generalização. Mas creio que não é preciso repetir os erros citados quando se faz história política, a qual pode adotar todas as conquistas das tradições marxistas e dos *Annales*.<sup>41</sup> E isso, infelizmente, não parece ter ocorrido na obra dos maiores historiadores do grupo.

---

<sup>41</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed. FGV, 1996. p. 13-36.